

**PREVIPALMAS**  
Instituto de Previdência Social do Município de Palmas

## Política Anual de Investimentos 2016

Palmas - Tocantins

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

## Conteúdo

1	Introdução .....	3
2	Objetivos .....	3
3	Da Gestão .....	4
3.1	Objetivo .....	4
3.2	Modelo .....	5
3.3	Dos Agentes Financeiros .....	5
3.4	Acompanhamento / Relatórios .....	6
3.5	Diretrizes .....	7
3.6	Gerenciamento de Riscos .....	9
4	Limites Legais (Resolução CMN nº 3.922/2010) .....	10
4.1	Segmento de Renda Fixa .....	10
4.2	Segmento de Renda Variável .....	11
5	Cenário Macroeconômico .....	12
6	Estratégia de Alocação dos Recursos Previdenciários .....	20
6.1	Faixas de Alocação: Segmento Renda Fixa .....	21
6.2	Faixas de Alocação: Segmento Renda Variável .....	22
7	Responsável pela Gestão de Recursos .....	22
8	Disposições Gerais .....	22



## 1 Introdução

Em cumprimento ao disposto nos art. 4º da Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, c/c com o art. 1º da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, o **Instituto de Previdência Social do Município de Palmas - PREVIPALMAS** apresenta sua política de Investimentos para o ano de 2016, devidamente aprovada pelo órgão superior de supervisão e deliberação, conforme prescrito no art. 5º da Resolução CMN nº 3.922/10.

Os investimentos obedecerão às diretrizes e princípios contidos nesta Política de Investimentos, estabelecida em consonância com os dispositivos da legislação específica em vigor.

A construção da Política de Investimento atende à formalidade legal que direciona todo o processo de tomada de decisões, gerenciamento e acompanhamento dos recursos previdenciários a fim de garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial entre seus ativos e passivos.

## 2 Objetivos

O objetivo da Política de Investimentos é estabelecer as diretrizes relativas à gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas dos planos de benefícios do **Instituto de Previdência Social do Município de Palmas - PREVIPALMAS**, levando-se em consideração os princípios da boa governança e legalidade, além das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

A Política de Investimentos constitui um instrumento que visa proporcionar melhor definição das diretrizes básicas e os limites de risco a que serão expostos o conjunto dos investimentos com foco na busca da rentabilidade a ser atingida para superar a meta atuarial do plano de benefício.

No intuito de alcançar a meta atuarial estabelecida para as aplicações do RPPS, a estratégia de investimento deverá prever diversificação, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa, renda variável, imóveis) quanto na segmentação por subclasse de



ativos, emissor, vencimentos diversos, indexadores, com vistas a maximizar a relação risco-retorno do montante total aplicado.

Sempre serão considerados como itens fundamentais de aplicação dos recursos a taxa esperada de retorno, os riscos a ela inerentes, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos com especial ênfase no médio e longo prazos.

### 3 Da Gestão

Como forma de cumprir a Política de Investimentos no que tange especificamente à alocação dos recursos garantidores, a Diretoria Executiva do Instituto de Previdência Social do Município de Palmas - PREVIPALMAS definirá estratégias de gestão de alocação de recursos que leve em consideração os seguintes aspectos:

- Projeções do fluxo de caixa;
- Tendências e comportamento das taxas de juros;
- Perspectivas do mercado de renda fixa e variável;
- Cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo;
- Níveis de exposição ao risco dos ativos;
- Boa governança e transparência nas decisões de alocação.

#### 3.1 Objetivo

O retorno mínimo esperado pela aplicação financeira dos recursos do RPPS para o exercício de 2016, na busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial, será de **6,00% (seis por cento)**, acrescido da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A alocação de recursos entre os segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e imóveis tem o objetivo de garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial entre os ativos administrados e as correspondentes obrigações passivas e outras obrigações, considerados aspectos como o grau de maturidade dos investimentos realizados/a realizar, o montante dos recursos aplicados e o risco das aplicações.

### 3.2 *Modelo*

De acordo com o art. 15º da Resolução CMN 3.922/2010, o Instituto de Previdência Social do Município de Palmas - PREVIPALMAS adota:

I - gestão própria, quando as aplicações são realizadas diretamente pelo órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social.

Faz-se necessário a contratação de empresa especializada em Consultoria de Investimentos, credenciada junto à Comissão de Valores Mobiliários, para auxiliar nas tomadas de decisões sobre os investimentos da carteira.

### 3.3 *Dos Agentes Financeiros*

Na escolha das Instituições Financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários, que receberão os recursos previdenciários, deverão ser Instituições Públicas ou de capital misto, sendo sua maior parte pública; e também os dois maiores administradores privados, em termos de volume financeiro, de acordo com apuração feita pela ANBIMA.

Contudo, observados os critérios e limitações estabelecidos no art. 3º da Portaria MPS nº 519/2011, bem como na Resolução CVM nº 3922/2010, dentre os quais:

- Prévio credenciamento da Instituição escolhida para receber as aplicações tendo esta que ser atualizada a cada 6 meses;
- Regularidade fiscal e previdenciária da instituição escolhida para receber as aplicações;
- Regularidade do registro na Comissão de Valores Mobiliários da entidade escolhida para prestação de serviços de consultorias financeiras;
- Elevado padrão ético, solidez patrimonial e ausência de restrições junto ao Banco Central do Brasil e/ou à Comissão de





Valores Mobiliários que desaconselhem relacionamento seguro com a entidade;

- Compatibilidade entre volume de recursos administrados, patrimônio e capacidade técnica da entidade;
- Desempenho positivo na atividade de administração de recursos de terceiros notadamente reconhecido pelo mercado;
- Análise do histórico, experiência, volume de recursos e qualificação técnica do gestor, administrador e controladores na gestão de recursos de RPPS;
- Verificação da existência de segregação de atividades (*Chinese Wall*) entre controlador e administradora de recursos de terceiros;
- Compatibilidade com obrigações presentes e futuras do regime atestadas pelo representante legal do RPPS em caso de aplicações em fundos que apresentem prazos dilatados de carência e/ou cotização e prazos de desinvestimentos;
- Experiência na Gestão de Previdência Pública;
- Seja condicionado mediante termo específico que o pagamento de taxa de *performance* tenha: periodicidade semestral ou efetuada no ato do resgate, que seja apurada após a dedução das despesas do fundo, inclusive da taxa de administração (art. 3º, inciso VII, c, da Portaria 519/2011) que o parâmetro de referência seja compatível com a política de investimentos do fundo e que a aplicação supere o índice de referência;

### 3.4 Acompanhamento / Relatórios

Seguindo os preceitos da Resolução CMN nº: 3.922/2010 e da Portaria MPS nº 519/2011 e alterações, o acompanhamento da gestão dos recursos garantidores será feito por meio de:

- Relatórios Mensais, o RPPS avaliará o desempenho das aplicações efetuadas com base nos relatórios detalhados, sobre a rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações e comunicará ao Conselho Municipal de Previdência os resultados obtidos e, em

caso de não atingimento da meta atuarial, serão informadas as medidas que serão tomadas para o alcance dos objetivos propostos.

### 3.5 Diretrizes

As diretrizes de alocação de recursos pelos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável serão definidas periodicamente pelos responsáveis pela gestão dos recursos juntamente com o Comitê de Investimentos do **Instituto de Previdência Social do Município de Palmas - PREVIPALMAS.**

No que diz respeito à estrutura, composição e funcionamento do Comitê de Investimento e formulário de Autorização de Aplicação e Resgate (APR), deverá ser observada a disciplina contida nos arts. 3º-A e 3º-B da Portaria MPS nº 519/2011.

Todavia, alguns pontos básicos, para ambos os segmentos, podem ser elencados, conforme se segue:

- a) os valores das aplicações de recursos do RPPS em cotas de fundos de investimento ou em títulos de emissão do Tesouro Nacional, integrantes da carteira própria do RPPS, deverão ser marcados a mercado, no mínimo mensalmente, mediante a utilização de metodologias de apuração adequadas com os parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro, de forma a refletir o seu valor real, e as normas baixadas pelo Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários;
- b) considera-se distinta a escrituração contábil que permita a diferenciação entre o patrimônio do RPPS e o patrimônio do ente federativo, possibilitando a elaboração de demonstrativos contábeis específicos, mesmo que a unidade gestora não possua personalidade jurídica própria;
- c) os valores aplicados em cotas de fundos de investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, poderão ser contabilizados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, desde que comprovada a aderência às obrigações do passivo do RPPS e que os respectivos regulamentos atendam cumulativamente aos seguintes parâmetros:



- as carteiras estejam representadas exclusivamente por títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC;
  - existência de previsão de que as carteiras dos fundos de investimento sejam representadas exclusivamente por títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC;
  - estabelecimento de prazos de desinvestimento ou para conversão de cotas compatíveis com o vencimento das séries dos títulos integrantes de suas carteiras; e
  - inexistência, na política de investimento do fundo de investimento, de previsão de buscar o retorno de qualquer índice ou subíndice praticado pelo mercado.
- d) Os recursos garantidores das reservas técnicas do **Instituto de Previdência Social do Município de Palmas - PREVIPALMAS** serão aplicados com a estrita observância do estabelecido na legislação em vigor fixada pelo Conselho Monetário Nacional e poderão ser distribuídos dentro das seguintes categorias de aplicação:
- Títulos Públicos Federais;
  - Fundos de Investimentos Financeiros;
  - Fundos de Índices (ETF's)
  - Caderneta de Poupança
  - Letras Imobiliárias Garantidas.
- e) As aplicações serão segmentadas por categoria de aplicação, com o objetivo de conferir maior eficiência à administração dos recursos, na medida em que a flexibilidade conferida pela administração individualizada permite formar um composto adequado ao atendimento dos requisitos de rentabilidade, segurança e liquidez;
- f) A *performance* será medida pela comparação do rendimento de cada segmento com seu respectivo *benchmark* além da comparação com outros produtos de investimentos com características similares (categoria e classe de ativos);
- g) Serão tratados de forma diferenciada os investimentos realizados em Fundos de Investimentos Fechados e ativos que possuam carência ou



qualquer tipo de mecanismo que não permita o resgate dos recursos e crédito desses em conta corrente em prazo superior a 5 dias. Sendo que alocações nesses produtos deverão ser comunicadas ao Conselho Municipal de Previdência de forma tempestiva e se possível antes da referida aplicação;

- h) As aplicações ou resgates dos recursos dos RPPS deverão ser acompanhados do formulário de Autorização de Aplicação e Resgate (APR).

### 3.6 Gerenciamento de Riscos

Definimos Risco como a probabilidade estatística do retorno esperado por um investimento não se realizar. Dentre os riscos previstos no mercado financeiro aos quais os recursos do RPPS estarão expostos podemos enumerar:

- **Risco de crédito dos ativos:** definido como a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos;
- **Risco sistêmico ou conjuntural:** decorre da possibilidade de perdas por mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do Brasil ou de outros países, bem como em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do Sistema Financeiro Nacional – SFN;
- **Risco próprio:** consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença;
- **Risco de mercado:** decorre da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*;
- **Risco de liquidez:** pode ser de duas formas: risco de liquidez de mercado, que é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor; ou risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*), que está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos;



- **Risco de contraparte:** também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez;
- **Risco legal:** pode ser definido como a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

Para avaliação dos riscos da carteira de investimentos será utilizada a métrica do Valor em Risco (*Value-at-Risk* – VaR), objetivando-se estimar a perda potencial máxima, dentro de um horizonte temporal, que a carteira de investimentos do **PREVIPALMAS** pode vir a sofrer, dentro de um determinado intervalo de confiança.

Dado que a métrica de VaR é aplicável somente em condições normais de mercado, serão realizados testes de *estresse* que possibilitem avaliar, preventivamente, a performance teórica das carteiras de investimentos sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos. Para isso, serão utilizados dados retrospectivos, além de projeções macroeconômicas.

A medição e o controle do VaR serão efetuados pela instituição financeira responsável pela gestão de recursos do **PREVIPALMAS**.

## 4 Limites Legais (Resolução 3.922/10)

### 4.1 Segmento de Renda Fixa

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda fixa deverão ser efetuadas por meio das seguintes alternativas: carteira própria, fundos de investimento, fundos de índice ou caderneta de poupança.

As aplicações nesse segmento deverão seguir os limites abaixo discriminados, considerando para tal as limitações gerais impostas pela Resolução CMN nº: 3.922/10, a saber:



**Tabela 1**

Renda Fixa	Limite de alocação do total dos recursos do RPPS		Limite de alocação por fundo de investimento	Limite de alocação referente ao PL do fundo de investimento
Títulos Tesouro Nacional (Selic) - Art. 7º I, "a"	100%		—	—
FI 100% títulos TN – Art. 7º, I, "b"	100%		—	25%
Operações Compromissadas TPF – Art. 7º, II	15%		—	—
FI Renda Fixa / Ref. em RF IMA ou IDkA (e seus subíndices) – Art. 7º, III, "a".	80%		20%	25%
Fundos de Índice Renda Fixa IMA ou IDkA (e seus subíndices) – Art. 7º, III, "b".	80%		20%	25%
FI de Renda Fixa – Art. 7º, IV, "a"	30%		20%	25%
Fundos de Índices de Renda Fixa – Art. 7º, IV, 'b'	30%		20%	25%
Poupança – Art. 7º, V, "a"	20%		—	—
Letras Imobiliárias Garantidas, - Art. 7º, V, "b"	20%		—	—
FI em Direitos Creditórios – Cotas Sênior - Aberto – Art. 7º, VI	15%	15%	—	25%
FI em Direitos Creditórios – Cota Sênior - Fechado – Art. 7º, VII, "a"		5%	—	25%

#### 4.2 Segmento de Renda Variável

As aplicações dos recursos do RPPS em ativos de renda variável deverão ser feitas, exclusivamente, por meio de fundos de investimentos.

As aplicações nesse segmento deverão seguir os limites abaixo discriminados, considerando para tal as limitações gerais determinadas pela Resolução CMN nº. 3.922/10, a saber:

**Tabela 2**

Renda Variável	Limite de alocação do total dos recursos do RPPS	Limite de alocação por fundo de investimento	Limite de alocação referente ao PL do fundo de investimento
FI Ações Referenciado – Art. 8º, I	30%	20%	25%
Fundos de Índices Referenciados em Ações – Art. 8º, II	20%	—	25%
FI em Ações – Art. 8º, III	15%	—	25%
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5%	---	25%
FI em Participações - Fechado – Art. 8º, V	5%	---	25%
FI Imobiliário – cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5%	—	25%

## 5 Cenário Macroeconômico

### 5.1 Cenário Internacional

Diante da influência da dinâmica internacional sobre a economia brasileira, é importante lançar um olhar sobre as perspectivas para a economia global em 2015 e 2016, que pode contribuir para aliviar ou reforçar o quadro recessivo vivido pelo Brasil. Com esse intuito, esta Política de Investimentos apresenta os cenários para o desempenho econômico global, divulgados pelo FMI na edição de outubro de 2015 do seu relatório World Economic Outlook (WEO) e pela OCDE na edição de setembro de 2015 do seu Interim Economic Outlook.

Segundo as projeções do FMI, a economia mundial vai crescer 3,1% em 2015, abaixo dos 3,3% previstos anteriormente e dos 3,4% registrados no ano passado. O ritmo de crescimento projetado é o mais baixo desde a crise financeira e recessão mundiais de 2009, e só encontra paralelo no crescimento de 2008, o ano em que o banco de investimento norte-americano Lehman Brothers quebrou. O cenário da OCDE, divulgado em meados de setembro, aponta para a mesma direção: a estimativa dessa organização é de um crescimento de 3% no corrente ano.



Em 2016, o avanço deverá ser de 3,6%, projeção menor que os 3,8% estimados anteriormente. Entre as principais economias avançadas e emergentes analisadas, apenas a Rússia e a Venezuela têm projeção de queda maior que o Brasil. As perspectivas também são desfavoráveis para a América Latina como um todo. Neste ano, a economia do bloco deverá recuar 0,3% e no próximo, deverá crescer 0,8%.

O Brasil vai ter desempenho também pior do que a América do Sul no período, que deve encolher 1,5 e 0,3 por cento no geral. A Argentina, ainda na visão do FMI, vai crescer 0,4 por cento neste ano para depois encolher 0,7 por cento em 2016.

Já para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento como um todo, a expectativa é de crescimento de 4,0 por cento este ano, acelerando o ritmo de expansão para 4,5 por cento em 2016.

Isso reflete principalmente a recessão menos profunda além de uma normalização parcial das economias dos países em dificuldade (incluindo o Brasil, a Rússia e alguns países da América Latina e do Oriente Médio), afirmou o fundo, ressaltando, porém, que o crescimento da China deverá desacelerar ainda mais.

A expectativa de crescimento para a China este ano é de 6,8%, seguido por desaceleração para 6,3% em 2016, um ritmo que o Fundo projeta será mantido até 2020. Isso coloca a instituição na ala mais otimista das projeções sobre a China.

O FMI se limita a modelar um cenário com crescimento mais lento para a China e uma chamada "aterrissagem dura", com o país caindo vítima de sua bolha de crédito excessivo.

Para a Rússia, a contração está prevista em 3,8% neste ano. No caso da Venezuela, a previsão de queda é de 10% neste ano e de 6% em 2016.

A queda nos preços das commodities é apontada como um dos principais fatores para o que o FMI classifica de "crescimento moderado e desigual" da economia global, com impacto negativo principalmente sobre economias emergentes. No seu cenário atual, a cotação média das commodities agrícolas e metálicas deve recuar em torno de 17% e do petróleo mais que 45%, também como reflexo do excesso de oferta.

Ainda que os ritmos de crescimento das economias emergentes sejam decepcionantes, elas ainda estão crescendo mais rápido do que as economias avançadas, e com isso respondendo por parcela maior da economia mundial. Esse



efeito naturalmente eleva o ritmo mundial de crescimento, porque as economias avançadas, de avanço menos rápido, se tornam menos importantes para a economia mundial.

Esses números agregados refletem destinos diferentes entre as economias avançadas e as em desenvolvimento. Para as economias avançadas o FMI projeta uma aceleração moderada do crescimento este ano frente ao ano passado, especialmente nos Estados Unidos e na zona do euro. As economias avançadas cresceram a uma taxa de 1,8% no último ano, mas espera-se um crescimento de 2% este ano, acelerando para 2,2% em 2016.

A deterioração da projeção de crescimento das economias avançadas decorreu das previsões menos otimistas para os Estados Unidos (+2%), Reino Unido (+2,5%) e o Japão (+0,6%) que apresentará um desempenho positivo, ao contrário de 2014. Já no caso da área do euro, a expansão estimada manteve-se no mesmo patamar (+1,5%), mas com uma composição mais favorável (menor crescimento na Alemanha e maior dinamismo na Itália e Espanha). Ou seja, pode-se afirmar que, pelo menos nessa região, que foi o elo mais frágil da economia global em vários momentos do pós-crise, o cenário atual é melhor. As projeções da OCDE são semelhantes às do FMI, mas indicam uma assimetria ainda menor entre os países avançados.

Há expectativa de ainda para este ano de alta da taxa de juros básica dos Estados Unidos (segunda fase do processo de normalização da política monetária, que se iniciou com a desmontagem da política de afrouxamento quantitativo). Países como o Brasil, com alto grau de abertura financeira, mercados financeiros líquidos e profundos, déficit em transações correntes e problemas internos adicionais encontram-se especialmente vulneráveis nesse contexto de condições adversas de liquidez internacional.



## Quadro 1. Expectativas de Crescimento Mundial para 2016

### Crescimento fraco

As estimativas do FMI para a economia global em 2015 e 2016 - em %

	2015 (atual)	2015 (previsão de julho)	2016 (atual)	2016 (previsão de julho)
Mundo	3,1	3,3	3,6	3,8
Economias avançadas	2,0	2,1	2,2	2,4
EUA	2,6	2,5	2,8	3,0
Zona do euro	1,5	1,5	1,6	1,7
Alemanha	1,5	1,6	1,6	1,7
França	1,2	1,2	1,5	1,5
Itália	0,8	0,7	1,3	1,2
Espanha	3,1	3,1	2,5	2,5
Reino Unido	2,5	2,4	2,2	2,2
Japão	0,6	0,8	1,0	1,2
Mercados emergentes	4,0	4,2	4,5	4,7
Brasil	-3,0	-1,5	-1,0	0,7
Rússia	-3,8	-3,4	-0,6	0,2
Índia	7,3	7,5	7,5	7,5
China	6,8	6,8	6,3	6,3
México	2,3	2,4	2,8	3,0
África do Sul	1,4	2,0	1,3	2,1

Fonte: Fonte: FMI

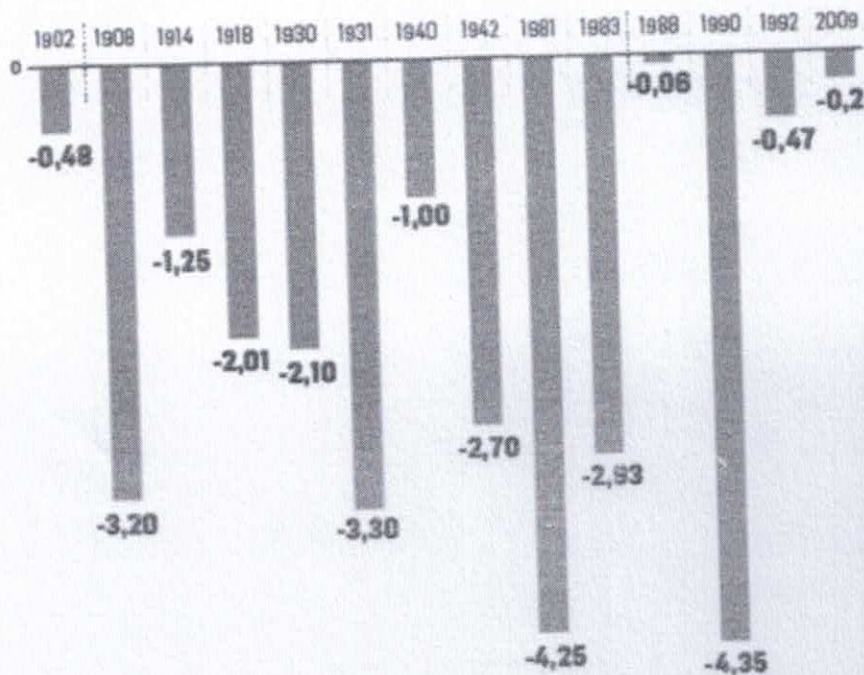
## 5.2 Cenário Nacional

A economia brasileira pode estar no meio da mais severa crise em mais de um século. Já há consenso entre os analistas de que o Brasil enfrentará dois anos de recessão, o que não ocorria desde 1930. O recuo deste ano é apontado pelos analistas como algo próximo de 3%. Os números para 2016 ainda variam bastante, mas, se estiverem corretas as projeções mais pessimistas que começam a aparecer, com queda até superior a 3%, o quadro será mais desalentador: o ciclo econômico do atual biênio vai ser o pior pelo menos desde 1901, início da série histórica disponível no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

**Quadro 2. Histórico de recessões no Brasil**

**As recessões**

EM PORCENTAGEM



FONTES: BANCOS, CONSULTORIAS, IPEA E IBGE

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

O país enfrenta grave crise política e econômica, que tem obrigado o governo da presidente Dilma Rousseff a adotar diversas medidas duras para tentar reequilibrar as contas públicas do país. Tudo isso em meio ao cenário de recessão e inflação elevada

De acordo com a agência de classificação de risco Fitch, a reduzida popularidade da presidente, as tensões no congresso, as investigações envolvendo a Petrobras e os riscos de um impeachment presidencial estão conturbando o ambiente político e podem continuar limitando a capacidade do governo de angariar suporte nas reformas fiscais e microeconômicas

O país passa por três processos de ajustes: o externo, já mais avançado, o monetário para levar a inflação para a meta de 4,5% e o fiscal, para recuperar o abalo nas finanças públicas em 2014. Esse último tem se mostrado o mais difícil e, sem ele, fica mais complicado para o Banco Central (BC) definir como vai administrar a taxa básica (Selic).



O ajuste das contas externas é o que mais avançou. De meados de 2011 até outubro 2015, a desvalorização da taxa de câmbio real efetiva é de 80,4%. O fim do ciclo das commodities em meados daquele ano produziu uma queda de 24,8% nos termos de troca. A desvalorização cambial reduziu em 34% o custo unitário do trabalho. Se por um lado isso significa o empobrecimento do país, por outro torna a economia mais competitiva frente os demais concorrentes no mercado externo, especialmente os chineses. O ajuste externo se manifesta nas contas do balanço de pagamentos, cujo déficit em transações correntes caiu de US\$ 104 bilhões em 2014 para US\$ 65 bilhões este ano e há projeções que indicam que o país terá superávit na conta corrente em dois anos. É pela demanda externa que o governo espera reanimar a economia

A situação fiscal segue sendo o epicentro do debate de política econômica. O resultado primário do Governo consolidado continua sendo revisado para baixo e poderá se tornar ainda mais negativo se contabilizadas manobras contábeis fiscais anteriores ainda neste ano, podendo chegar a algo como R\$ 120 bilhões de déficit. O governo revisou a meta de superávit primário de 2015 de 0,15% do PIB para um déficit de 0,8% devido à frustração com a arrecadação. Além disso, o déficit desse ano poderá aumentar para cerca de 1,5%/2% do PIB caso o governo precise quitar algumas dívidas com o BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Os desafios crescentes do país em consolidar suas contas públicas traz consigo o risco do Brasil perder o grau de investimento. Em 15 de outubro de 2015 a agência de classificação de risco Fitch rebaixou a nota soberana brasileira de "BBB" para "BBB-", mantendo o rating brasileiro a apenas um degrau de perder o grau de investimento, igualando sua nota à da Moody's. E em ambos os casos o viés é negativo. Pela Standard & Poor's (S&P), o Brasil já é considerado grau especulativo desde setembro, quando a agência rebaixou o país de "BBB-" para "BB+".



### Quadro 3. Rating Soberano do Brasil

#### O ano do rebaixamento

Rating soberano concedido pelas agências internacionais

##### Nota do Brasil

Agência	Nota	Perspectiva	Última revisão
S&P	<b>BB+</b>	Negativa	Set/15
Fitch	<b>BBB-</b>	Negativa	Out/15
Moody's	<b>Baa3</b>	Negativa	Ago/15

##### Escala das agências

	S&P	Fitch	Moody's
Grau de investimento	BBB	BBB	Baa2
Grau Especulativo	<b>BB+ (Brasil)</b>	<b>BBB- (Brasil)</b>	<b>Baa3 (Brasil)</b>
		BB+	Ba1

Fonte: Agências.

O que é mais característico da crise atual é a imbricação intensa e profunda entre a política e a economia, como nunca visto antes. A consequência disso é que o ambiente de negócios precisa de confiança para poder investir e se desenvolver, o que não existe.

Houve em 2015 um aprofundamento da recessão no segundo semestre puxado pelo setor industrial. Os estoques continuam elevados, em especial os da cadeia automobilística.

No Brasil, a confiança dos empresários e dos consumidores continua a recuar em grande parte por causa da deterioração das condições políticas, e os investimentos estão caindo rapidamente. A necessidade de ajuste fiscal também está colocando para baixo a demanda doméstica

O Bank of America Merrill Lynch já prevê para 2016 um recuo de 3,5% no PIB, número pior que a queda de 3,3% projetada para este ano. O Banco Fibra prevê para o ano que vem queda de 2,6%, enquanto o BNP Paribas já projeta um recuo de 2,5%. O Banco Santander revisou a sua projeção para o PIB deste ano de -2,8% para -3,2%, e a recessão esperada para 2016 passou de -1% para -2%.

A revisão de parte dos bancos e consultorias para o cenário econômico ocorreu principalmente por causa da fraqueza dos indicadores divulgados ao longo deste segundo semestre. Nos últimos meses, a economia brasileira vem colhendo uma série de dados negativos em quase todos os setores, sobretudo na indústria, e tem enfrentando uma deterioração muito acentuada no mercado de trabalho.



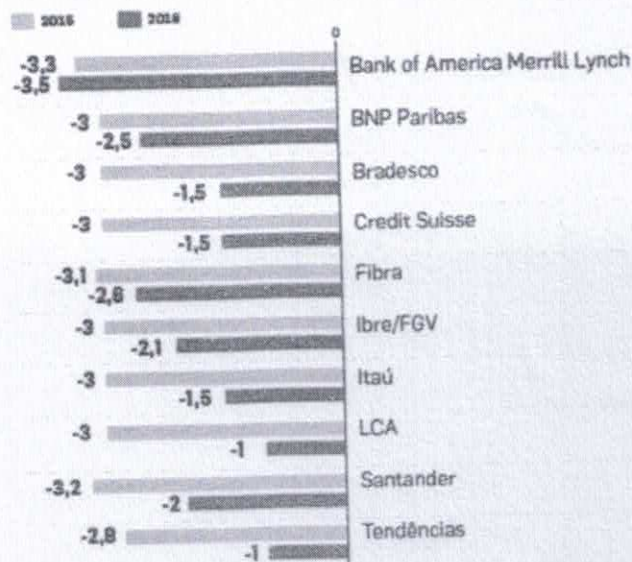
**Quadro 4. Projeções para a Economia Brasileira em 2016 segundo Instituições e Consultorias**

**ANOS DIFÍCEIS**

• Economia brasileira deve ter dois anos seguidos de recessão, o que não ocorria desde a década de 1930

**Projeções**

EM PORCENTAGEM



A economia brasileira vai encolher em 2015 e em 2016, fruto de condições políticas turbulentas que abalam a confiança dos agentes econômicos e de rápida queda nos investimentos, num desempenho que só não será pior do que a Venezuela na América do Sul, cujas estimativas para o PIB são de contração de 10 e 6 por cento em 2015 e 2016, respectivamente segundo projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil vai encolher 3 por cento este ano, ante projeção de contração de 1,5 por cento feita em julho.

De acordo com seu relatório Perspectiva Econômica Global (WEO), o FMI passou a ver retração de 1,0 por cento em 2016, revertendo por completo a expectativa de crescimento de 0,7 por cento de até então.

As estimativas do FMI para a economia brasileira são semelhantes às de especialistas, com retração do PIB de 3,05 por cento este ano e de 1,51 por cento no próximo, segundo a mais recente pesquisa Focus, do Banco Central.

O FMI vê a inflação brasileira desacelerando em 2016, mas ainda longe do centro da meta, de 4,5 por cento pelo IPCA. Este ano, os preços devem subir 8,9 por cento e 6,3 por cento em 2016.

Na tentativa de conter a alta nos preços, o BC brasileiro já elevou a taxa básica de juros a 14,25 por cento e argumenta que a manutenção da Selic nesse patamar por período prolongado é necessária para a convergência da inflação ao centro da meta no fim do próximo ano.

A projeção do FMI para a taxa de desemprego no Brasil este ano é de 6,6 por cento, subindo para 8,6 por cento em 2016.

O Fundo projeta ainda que o déficit em conta corrente do Brasil ficará em 4 por cento do PIB neste ano e em 3,8 por cento em 2016.

Para analistas do mercado financeiro, a mediana das projeções para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo está em 9,91 por cento para este ano e 6,29 por cento para 2016, de acordo com o Boletim Focus do Banco Central (BC).

Somente quando houver clareza da trajetória fiscal e da composição do ajuste para 2016 é que o Comitê de Política Monetária (Copom) vai fixar com maior precisão o ponto de chegada da inflação na meta de 4,5% em 2017. No momento, a inflação convergirá para a meta em dezembro daquele ano, mas pretende que seja antes.

As projeções para a Selic ao fim deste ano e do próximo ficaram em 14,25% e 13%, respectivamente.

Entre os fatores que influenciam a inflação, o Boletim Focus mostra uma deterioração nas estimativas para os preços administrados em 2015, indo de alta de 16,11% para 16,5%, e no próximo calendário, saindo de 6,6% para 6,75% de incremento. Ficaram estáveis as projeções para o dólar ao fim de ambos os anos, em R\$ 4 e R\$ 4,20.

A produção industrial deve se retrair 7% em 2015, mesma estimativa contemplada anteriormente. Em 2016, a queda deve se situar em 2%. Antes, o prognóstico era de recuo de 1,5%.

## **6 Estratégia de Alocação dos Recursos Previdenciários**



## 6.1 Faixas de Alocação: Segmento Renda Fixa

**Tabela 3**

RENDA FIXA	(*) Alocação Atual (%)	Limite Resolução (%)	Limites de Alocação (%)		
			Min.	META	Máx <sup>(2)</sup> .
Títulos Tesouro Nacional (Selic) - art. 7º I, "a"	66,61%	100%	0%	0%	100%
FI 100% títulos do TN – art. 7º, I, "b"	0,00%	100%	45 %	57%	100%
Operações Compromissadas com Títulos do TN – art. 7º, II	0,00%	15%	0%	0%	0%
FI Renda Fixa/Referenciados Renda Fixa – art. 7º, III, "a"	18,88%	80%	0%	15%	30%
Fundos Índice Referenciados IMA ou IDKA – art. 7º, III, "b".	0,00%	80%	0%	0%	0%
FI Renda Fixa – art. 7º, IV, "a"	10,48%	30%	5%	10%	25%
Fundos de Índices de Renda Fixa – Art. 7º, IV, 'b'	0,00%	30%	0%	0%	0%
Poupança – art. 7º, V	0,00%	20%	0%	0%	0%
FI em Direitos Creditórios - Aberto – art. 7º, VI	0,00%	15%	0%	0%	0%
FI em Direitos Creditórios - Fechado – art. 7º, VII, "a"	0,00%	5%	0%	0%	0%
FI Renda Fixa "Crédito Privado" – art. 7º, VII, "b"	3,56%	5%	0%	2%	5%

## 6.2 Faixas de Alocação: Segmento Renda Variável

**Tabela 4**

RENDA VARIÁVEL	( <sup>3</sup> ) Alocação Atual (%)	Limite Resolução (%)	Limites de Alocação (%)		
			Min.	META	Máx.(4)
FI Referenciados – art. 8º, I	0%	30%	0%	0%	30%
Fundo de Índices Referenciados em Ações – art. 8º, II (ETF's)	0%	20%	0%	0%	20%
FI em Ações – art. 8º, III	0%	15%	0%	6%	15%
FI Multimercado aberto – art. 8º, IV	0%	5%	0%	0%	5%
FI em Participações - Fechado – art. 8º, V	0%	5%	0%	5%	5%
FI Imobiliário – art. 8º, VI	0,46%	5%	0%	5%	5%

## 7 Responsável pela Gestão de Recursos

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS INVESTIMENTOS			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
Renda Fixa	David Ferreira Santos	649.084.961-53	Diretor Contábil e Investimentos
Renda Variável			

## 8 Disposições Gerais

A política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou a nova legislação.

A política anual de investimentos dos recursos do regime próprio de previdência social e suas revisões deverão ser aprovadas pelo órgão superior de supervisão e deliberação, antes de sua implementação efetiva. Além disso, o Gestor do RPPS





deverá disponibilizar a seus segurados e pensionistas, conforme Portaria MPS nº 519/2011, e alterações:

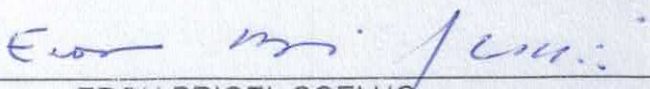
- a política anual de investimentos e suas revisões, no prazo de até trinta dias, a partir da data de sua aprovação;
- as informações contidas nos formulários APR - Autorização de Aplicação e Resgate, no prazo de até trinta dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;
- a composição da carteira de investimentos do RPPS, no prazo de até trinta dias após o encerramento do mês;
- os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas;
- as informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do RPPS;
- relação das entidades credenciadas para atuar com o RPPS e respectiva data de atualização do credenciamento;
- as datas e locais das reuniões dos órgãos de deliberação colegiada e do Comitê de Investimentos.

Palmas, Estado do Tocantins, aos 09 dias do mês de Dezembro de 2015.

**CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO PREVIPALMAS:**

  
\_\_\_\_\_  
ANTÔNIO CHRYSIPPO DE AGUIAR  
Presidente do Conselho

  
\_\_\_\_\_  
ELZIRAN DE ASSUNÇÃO ALVES BARROS  
Membro do Conselho

  
\_\_\_\_\_  
ERON BRIGEL COELHO  
Membro do Conselho



---

**JOÃO LUIS PEREIRA**  
Membro do Conselho

---

**LINDOLFO CAMPELO DA LUZ JÚNIOR**  
Membro do Conselho

---

**ORLANDO BIZERRA SOUSA**  
Membro do Conselho



**Kauê Eidi Torres Ueda**  
Gerente de Investimentos  
Mat. 413019892  
PREVIPALMAS



**David Ferreira dos Santos**  
Diretor Contábil e Investimento  
Mat. 413023386  
PREVIPALMAS